



AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DE PORTUGAL EM POPULAÇÃO E SAÚDE REPRODUTIVA (2013-2015)

O desenvolvimento é um objetivo que tem nas pessoas e nos seus direitos fundamentais a sua imagem refletida. Os direitos e a saúde sexual e reprodutiva não podem continuar nas segundas e terceiras linhas das políticas públicas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são o compromisso; Portugal precisa de mais ação e coerência na resposta interna e externa.

Graça Campinos Poças, Presidente da P&D Factor

“Questões como a igualdade de género, a prevenção e combate à violência doméstica e todas as formas de violência contra as mulheres, raparigas e meninas, ou o acesso universal à Saúde Sexual e Reprodutiva, entre outras, devem ser vistas numa perspetiva de Direitos Humanos indissociável de uma perspetiva de desenvolvimento”⁽¹⁾, pode ler-se no Documento de Posição de Portugal sobre a Agenda Pós-2015⁽²⁾. Tornado público em setembro de 2014 e endossado pelo Conselho de Ministros, este documento é o resultado de um processo de consulta participativo que incluiu Ministérios, Organizações da Sociedade Civil, Câmaras Municipais e representantes de Organizações Internacionais, tendo servido de referência para a posição de Portugal nas negociações em torno da nova Agenda de Desenvolvimento para o período 2015-2030.

Em particular, este documento sublinha a importância e a necessidade de os sucessores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) assentarem numa abordagem de Direitos Humanos, mais inclusiva e universal, colocando as pessoas no centro dos esforços de desenvolvimento: “Para Portugal, a prioridade deve ser a construção de uma verdadeira abordagem baseada em direitos, que coloque o bem-estar humano, a dignidade e a igualdade de género no centro dos esforços de desenvolvimento”. O acesso a “uma vida saudável para todas as pessoas”, nomeadamente através do combate às desigualdades de oportunidades no acesso a cuidados de saúde adequados, por parte de meninas, raparigas e mulheres, incluindo em matéria de direitos sexuais e reprodutivos e a “igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas nível mundial” são apresentados como “prioridade absoluta” para Portugal, pressupondo o combate a todas as formas de discriminação “no acesso, das raparigas e mulheres, à educação, à formação profissional, ao emprego, à participação na vida política, à posse de bens, a cuidados de saúde adequados incluindo em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos”⁽³⁾.

O Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (CECP) oferece as linhas orientadoras das políticas públicas nacionais em matéria de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento no período 2014-2020 e, nesse âmbito, reconhece a saúde e a igualdade de género como áreas prioritárias de intervenção. Assumindo a saúde como direito humano fundamental e universal, “reconhece-se a importância de aumentar o acesso e qualidade de cuidados primários de saúde e o direito à saúde sexual e reprodutiva, privilegiando-se a redução da mortalidade infantil, a melhoria dos cuidados materno-infantis e da saúde das mulheres, o combate a doenças sexualmente transmissíveis, à malária, à tuberculose e a outras doenças tropicais negligenciadas”⁽⁴⁾.

A igualdade de género, considerada transversal a toda a Cooperação Portuguesa, visa fomentar o “empoderamento das mulheres e raparigas nos países parceiros, entendido como elemento fundamental para a prossecução dos ODM e para um desenvolvimento global mais equitativo, justo e sustentável”⁽⁵⁾. A igualdade de género é inclusivamente vista como determinante para a coerência das políticas para o desenvolvimento.

O contexto atual de redefinição da arquitetura internacional do Desenvolvimento, onde sobressaem as negociações em torno dos sucessores dos ODM, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do futuro do financiamento para o

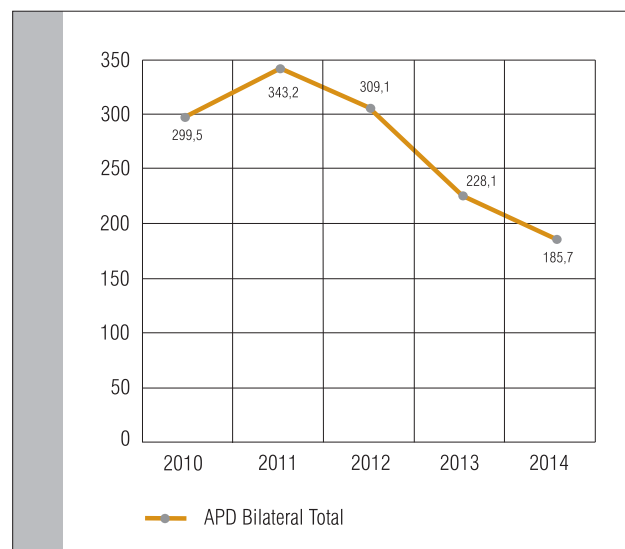
Desenvolvimento, implica uma necessária adequação da Cooperação Portuguesa aos compromissos assumidos internacionalmente, sobretudo porque **Portugal mantém-se ainda muito aquém de alcançar o compromisso de afetar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) até 2015**. Independentemente deste desfasamento ao nível do cumprimento desta meta, ela continua a ser apresentada nos mais diversos documentos de Política Externa portuguesa como o valor de referência para o nosso país nos próximos anos, não havendo perspetivas de quando e se Portugal conseguirá honrar esse compromisso. **O próprio Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.) refere no seu sítio web que “Portugal se mantém aquém do cumprimento da meta de 0,7% em 2015, uma vez que as medidas de controlo do défice público e de consolidação orçamental têm condicionado o seu cumprimento. Todavia, Portugal reafirma o compromisso de afetar 0,7% do RNB à APD à medida que a situação económica e financeira o permita”⁽⁶⁾.**

Em termos líquidos, **desde 2012 que a APD total portuguesa tem vindo a registar uma tendência de decréscimo** e se em 2013 foi de 367.804.291€, em 2014 não ultrapassou os 324.261.231€, uma redução de cerca de 15%, equivalente a 43,5M€. O peso da APD portuguesa no RNB correspondeu a 0,23% do RNB em 2013 e a 0,19% do RNB em 2014, segundo dados do Relatório de 2015 do Comité de Apoio ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE)⁽⁷⁾. Neste Relatório, **Portugal aparece como um dos países do CAD/OCDE⁽⁸⁾ onde a APD mais desceu em termos globais em 2014, devido sobretudo a uma quebra nas linhas de crédito e nos empréstimos concessionais⁽⁹⁾**. A acompanhar Portugal nesta tendência decrescente estiveram também a Austrália, Canadá, França, Japão, Polónia e Espanha; no sentido inverso apareceram a Finlândia, Alemanha, Suécia e Suíça, países que registaram as maiores subidas na APD. Ainda assim, **Portugal aparece como o 20.º maior doador do CAD/OCDE tendo em conta o rácio APD/RNB**.

APD BILATERAL

No que respeita à APD bilateral líquida de Portugal, ao compararmos os valores de 2013 e 2014 verificamos um decréscimo de cerca de 43M€ (ou seja, 7%) de um ano para o outro: se em 2013 foi de aproximadamente 228M€, em 2014 passou não chegou aos 186M€. Em termos percentuais, **em 2013, a APD bilateral portuguesa representava cerca de 62% do total da APD portuguesa e, em 2014, apenas 57,3%**.

Fig. 1 - APD Bilateral Total - em milhões de euros



Fonte: Camões, I. P. / DPC

Em termos de **prioridades geográficas da Cooperação Portuguesa, incluindo a ação das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), elas mantêm-se nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste**.

A Figura 2 compara o volume da APD portuguesa dirigido a cada um dos países de língua portuguesa ao longo dos últimos 5 anos e deixa perceber que o **lugar cimeiro enquanto principal recetor da APD portuguesa tem sido ocupado por Cabo Verde**, tendo beneficiado, em 2014, de mais de 50% do valor total da APD bilateral. Nesse ano, **Moçambique foi o segundo maior beneficiário** (com cerca de 40,2M€), sucedido por **Timor-Leste** (com aproximadamente 13,3M€), **São Tomé e Príncipe** (com quase 10M€) e **Guiné-Bissau** (8,4M€). De destacar **os valores negativos da APD alocada a**

Fig. 2 - APD Bilateral direcionada aos países de língua portuguesa entre 2010-2014 - em milhões de euros

	2010 (Milhões Euros)	2011 (Milhões Euros)	2012 (Milhões Euros)	2013 (Milhões Euros)	2014 (Milhões Euros)
Angola	- 9,7	- 5,4	1,2	- 7,6	- 17,3
Brasil	6,1	5,9	5,0	3,5	2,8
Cabo Verde	107,3	105,5	130,8	119,3	103,5
Guiné-Bissau	11,9	9,8	7,4	5,7	8,4
Moçambique	85,0	157,6	62,4	49,8	40,2
São Tomé e Príncipe	19,4	20,9	16,7	12,7	9,9
Timor-Leste	25,4	19,9	15,3	19,9	13,3

Fonte: Camões, I. P. / DPC

Angola, que refletem a continuação do pagamento da dívida por parte do Governo angolano, em curso desde 2009, no âmbito de um acordo de reestruturação concessional da dívida pública angolana ao Governo português.

Dados do Camões, I.P., referem que, no **“top 10” dos principais destinatários da APD portuguesa em 2014** (Figura 3), a China aparece em 6.º lugar, com um total de 7,2M€ (praticamente o mesmo valor recebido por São Tomé e Príncipe ou Guiné-Bissau), a África do Sul em 9.º (com 1,2M€) e Marrocos em 10.º (com 372.345€). Estes novos parceiros da Cooperação Portuguesa têm recebido financiamentos bilaterais sobretudo sob a forma de empréstimos concessionais e donativos (China), donativos - excluindo a reorganização da dívida (África do Sul) e donativos (Marrocos)⁽¹⁰⁾.

Em termos gerais, **o peso da APD bilateral direcionada a estes 10 países representa 90% do total da APD bilateral** - ou seja, 168.437.293€ em 185.742.686€. É notória a afetação maioritária da APD portuguesa para os PALOP e Timor-Leste, confirmando as prioridades geográficas, mas também se torna evidente o cada vez maior destaque que países não tradicionais da Cooperação Portuguesa, como a China, a África do Sul ou Marrocos, assumem enquanto beneficiários da ajuda pública portuguesa. Esta preponderância crescente de países não tradicionais da cooperação portuguesa está em linha com uma das principais marcas do Governo de coligação PSD-CDS (2011-2015): a subalternização das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento à internacionalização das empresas portuguesas (e o frequente condicionamento dos empréstimos ou donativos à aquisição de bens e serviços no país doador, conceito conhecido por “ajuda ligada”) e à captação de investimento direto estrangeiro (IDE).

Fig. 3 - Ranking dos 10 principais beneficiários da APD Bilateral portuguesa em 2014 - em euros

Ranking	País	Montantes (Valores líquidos)
1º	Cabo Verde	103.549.481
2º	Moçambique	40.254.500
3º	Timor-Leste	13.325.354
4º	São Tomé e Príncipe	9.958.437
5º	Guiné-Bissau	8.410.138
6º	China	7.162.106
7º	Angola	- 17.346.616
8º	Brasil	2.777.745
9º	África do Sul	1.221.835
10º	Marrocos	372.345
Total PALOP e Timor-Leste		156.903.362
Total China, Brasil, África do Sul e Marrocos		11.534.301
Total APD Bilateral		185.742.689

Fonte: Camões, I. P. / DPC

Segundo o Relatório do CAD/OCDE de 2015, em 2013 apenas 0,3% do total da APD bilateral portuguesa foi direcionado especificamente às questões de população e saúde reprodutiva. Os dados disponibilizados pelo Camões, I.P., para este estudo permitem concluir que, de 2013 para 2014, a APD distribuída pela via bilateral alocada a estas matérias decresceu 281.317€, ou seja, 54,2%, tendo correspondido a 614.632€, em 2013, e a 333.318€, em 2014.

De facto, **entre 2013 e 2014, a Cooperação Portuguesa bilateral atribuiu pouco mais de 1 M€ ao setor das políticas e programas de população e saúde reprodutiva**, distribuída da seguinte maneira:

Fig. 4 - APD Bilateral direcionada para o setor das Políticas e Programas de População e Saúde Reprodutiva entre 2013-2014 - em euros

	2013	2014	Total dos 2 anos
Saúde Reprodutiva	332.610	281.359	613.969
Combate às IST incluindo o VIH/SIDA	89.722	19.773	109.495
Formação de Pessoal	192.300	32.186	224.482
Total anual	614.632	333.315	1.029.306

Fonte: Camões, I. P. / DPC

O decréscimo registado neste período foi sobretudo evidente nas áreas da formação de pessoal em matéria de saúde sexual e reprodutiva, para onde foram destinados menos cerca de 160.000€ em 2014 e do combate às infeções sexualmente transmissíveis (IST), incluindo o VIH/SIDA, para o qual foram canalizados cerca de 20.000€ em 2014, quase menos 70.000€ do que no ano anterior.

Por sua vez, e de acordo com o Relatório do CAD/OCDE de 2015, a APD bilateral direcionada para o setor da saúde (geral e básica) ficou-se pelos 5,1% do total da APD bilateral de 2013⁽¹¹⁾, dos quais 0,6% foram destinados à saúde básica. Como podemos ver pela Figura 5, em 2013, este setor recebeu 12.147.779€ e em 2014 os valores foram ligeiramente superiores, atingindo os 14.509.125€. Este aumento deu-se sobretudo ao nível da saúde geral (que engloba questões de gestão de saúde pública, formação médica, investigação médica e serviços médicos) e não tanto ao da saúde básica (que abarca subáreas como a saúde básica, a nutrição básica, o controlo de infeções, a formação de pessoal de saúde, entre outras).

Fig. 5 - APD Bilateral direcionada ao setor da saúde geral e básica entre 2013-2014 - em euros

	2013	2014	Total dos 2 anos
Saúde geral	10.756.715	13.357.520	24.114.235
Saúde básica	1.391.064	1.151.605	2.542.669
Total do setor da Saúde	12.147.779	14.509.125	26.656.902

Fonte: Camões, I. P. / DPC

Ao nos debruçarmos especificamente no setor da saúde básica verificamos através da Figura 6 que APD que lhe foi destinada decresceu perto de 300.000€ de 2013 para 2014:

Fig. 6 - APD Bilateral direcionada ao setor da saúde básica entre 2013-2014 - em euros

	2013	2014	Total dos 2 anos
Cuidados básicos de saúde	1.207.525	994.720	2.202.245
Infraestruturas destinadas à saúde básica	10.000	0	10.000
Nutrição básica	139.192	70.016	209.208
Combate às IST	2.979	54.217	57.196
Educação sanitária	1.200	1.200	2.400
Formação de pessoal de saúde	2.493	0	2.493
Combate à malária	25.987	31.452	57.439
Combate à tuberculose	1.688	0	1.688
Total anual	1.391.064	1.151.605	2.542.669

Fonte: Camões, I. P. / DPC

O desinvestimento deu-se praticamente em todas as subáreas, com exceção do combate às IST e à malária, que, no primeiro caso, registou um aumento de mais de 50.000€ de 2013 para 2014 e, no segundo, de mais de 5.000€ no mesmo período. De destacar negativamente a redução que houve ao nível da nutrição básica, com um corte de cerca de 50%: 139.192€ em 2013, 70.016€ em 2014 e da formação de pessoal de saúde e do combate à tuberculose, áreas para as quais os fundos direcionados foram nulos em 2014 e residuais em 2013.

Quando olhamos para a **distribuição da APD bilateral portuguesa, tendo em conta os setores e os ODM para os quais concorre**, concluímos que a que é alocada aos setores da saúde, geral e básica, população e saúde reprodutiva tem contribuído essencialmente para a concretização dos **ODM 1 (Reduzir a pobreza extrema e a fome)**, **ODM 3 (Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres)**, **ODM 4 (Reduzir a mortalidade infantil)**, **ODM 5 (Melhorar a saúde materna)** e **ODM 6 (Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças)**. Segundo dados do Camões, I.P., entre 2011 e 2014 a **Cooperação Portuguesa disponibilizou para estes setores aproximadamente 51,5 M€, o que correspondeu a 4,8% do total da APD bilateral portuguesa nesse período**¹⁷².

O Relatório do CAD/OCDE de 2015 afirma que a **APD portuguesa, para e através de organizações da sociedade civil, sofreu uma quebra de 11% de 2012 para 2013 em termos de volume**¹⁷³. Partindo dos dados oficiais de 2014, o investimento feito nesse ano por cada Ministério em programas de saúde reprodutiva e população foi de apenas 333.318€, tendo-se dado unicamente ao nível de dois Ministérios - **Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNE)/Camões, I.P., e o da Saúde (MS)**. A maior parte do financiamento é proveniente do MNE, com 313.545€ do seu orçamento alocado a esta área, em particular às questões de cuidados de saúde reprodutiva (281.359€) e às de formação de pessoal (32.186€). Por seu turno, o MS canalizou 19.773€ do seu orçamento para estes programas, especificamente para questões de combate às IST, incluindo o VIH/SIDA.

Em 2014, estes montantes foram **divididos por vários projetos, a maioria plurianuais no âmbito do processo de candidatura a cofinanciamento do Camões, I.P., sendo quase todos da responsabilidade de organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD)**.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros financiou os seguintes projetos:

- **“Saber é Poder”** - projeto (plurianual) da **ONGD Médicos do Mundo implementado em São Tomé e Príncipe** direcionado à redução da gravidez precoce, através do aumento do acesso e uso de meios de planeamento familiar por parte dos jovens entre os 11 e os 14 anos. Contou com um apoio financeiro de 5.997€.
- **“Saúde da Comunidade”** - da responsabilidade da **ONGD VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano**, este projeto (plurianual) na **Guiné-Bissau** visa aumentar o acesso das comunidades mais isoladas e pobres a cuidados básicos de saúde, nomeadamente a crianças menores de 5 anos e a grávidas. Beneficiou de 14.039€.

- **“Anhacanau Adjanhau - A Mulher Líder na Gestão Comunitária dos Serviços de Saúde Materno-Infantil”** - também na **Guiné-Bissau e a ser executado pela ONGD VIDA**, este projeto (plurianual) recebeu 62.897€, pretende contribuir para a redução das taxas de mortalidade materno-infantil nas regiões de S. Domingos, Suzana e Varela.
- **“PIMI - Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil: Componente de Reforço da Disponibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde Materno-Infantis nas Regiões de Cacheu, Biombo, Oio e Farim”** - projeto da **ONGD Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)** cujo objetivo principal é contribuir para a implementação de serviços dos pacotes mínimo e complementar de cuidados obstétricos e neonatais de urgência nas estruturas do serviço nacional de saúde nas regiões de Cacheu, Biombo, Oio e Farim, na **Guiné-Bissau**. Recebendo financiamento da União Europeia, este projeto contou com o apoio do Camões, I.P., em 121.900€.
- **“Tabanka Ku Saudi - Saúde Comunitária na Guiné-Bissau”** - outro projeto a ser implementado pela ONGD VIDA, visa contribuir para a implementação do plano operacional para a redução da mortalidade materna e infantil nas regiões de Cacheu e Biombo, através do reforço do dispositivo de saúde comunitária para melhorar o acesso e a utilização dos cuidados de saúde materno-infantil-juvenil. Recebeu um financiamento de 26.526€.
- **“FORVIDA - Formação para a Vida”** - projeto plurianual da **ONGD Fundação Fé e Cooperação (FEC) em Angola**, na área da formação de pessoal em matéria de população e saúde reprodutiva, pretende melhorar as competências técnicas de recursos humanos de saúde do Sistema Nacional de Saúde (subsistema da Igreja Católica) nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo e Bié; e reforçar a cultura de coordenação e partilha de informação e boas práticas entre os subsistemas de saúde público e da Igreja Católica em Angola. Beneficiou de um financiamento de 32.186€.

Em 2014, o único projeto financiado pelo MNE, que não foi da responsabilidade de uma ONGD e cujos montantes são contabilizados como APD bilateral, foi o **“FNUAP - Projeto de Combate à Mutilação Genital Feminina”**, implementado pelo Fundo das Nações para a População (UNFPA) na **Guiné-Bissau**. Para a consecução dos seus objetivos - o combate à mutilação genital feminina através da informação, educação e comunicação das consequências negativas dessa prática na Guiné-Bissau - recebeu um total de 50.000€.

Por seu turno, em 2014, o **projeto apoiado financeiramente pelo Ministério da Saúde direcionou-se ao controlo de IST, incluindo o VIH/SIDA**, num total de 19.773€ e destinou-se a **Centros de Controlo e Prevenção de Doenças Atlânticas (centros do Governo Americano), e Centro Nacional do Sangue de Angola**. Aberto em 2002 em Angola, tem vindo a estabelecer colaboração com o Ministério da Saúde angolano, trabalhando ao nível da segurança sanguínea e da prevenção da transmissão médica do VIH/SIDA.

Ao analisarmos os **cofinanciamentos do Camões, I.P.**¹⁷⁴ a **projetos de Desenvolvimento de iniciativa de ONGD portuguesas, no período entre 2012 e 2014, percebemos que o número de projetos apoiados por fundos públicos tem sido inferior a 30, quando o número de candidaturas submetidas aquando da abertura desta linha de cofinanciamento ultrapassa as 50**. Como podemos ver pela Figura 7 (ver página seguinte), não há grande alternância nas ONGD, cerca de uma dezena, que a cada concurso veem os seus projetos cofinanciados, sendo a verba disponível distribuída entre projetos plurianuais já contratualizados e projetos novos em condições de cofinanciamento. **Excetuando a Oikos, cujos projetos apoiados nestes 3 anos em análise têm sido implementados em países não tradicionais da Cooperação Portuguesa, como Cuba, Nicarágua, Honduras ou Guatemala, os restantes são todos nos PALOP e em Timor-Leste**.

O somatório dos valores recebidos por cada uma destas ONGD, entre 2012 e 2014, para a implementação de projetos de desenvolvimento torna evidente a preponderância de algumas ONGD neste setor (Figura 8 - ver página seguinte). Dos 3.733.201,30€ disponíveis em 2012, 2013 e 2014, 1.676.091,48€ foram destinados a projetos de 3 ONGD: a que recebeu a maior fatia foi o IMVF, num total de 888.914,88€, distribuídos por 16 projetos (plurianuais e novos), seguida da Oikos, com 445.117,12€, para 13 projetos e da FEC, com 342.059,48€, em 4 projetos.

Relativamente ao cofinanciamento de projetos de **Educação para o Desenvolvimento**, tendo em conta que o envelope financeiro disponível para esta área de projetos é mais reduzido que o para projetos de Desenvolvimento, o número de ONGD e de projetos apoiados pelo Camões, I.P. é inferior (Figura 9 - ver página seguinte): **em 2012 foram 4 as ONGD apoiadas e 9 os projetos, em 2013 foram 9 ONGD e 15 projetos, o mesmo número que em 2014**. O financiamento de grande parte destes projetos é feito de forma faseada, pelo que a cada período de candidaturas são cofinanciados projetos nas 1.ª, 2.ª e 3.ª fases. Neste estudo, contabilizamos como projetos financiados os projetos novos e os pagamentos faseados de projetos já aprovados.

No cômputo geral dos 3 anos (Figura 10 - ver página seguinte), dos 1.263.738,03€ disponibilizados para projetos de educação para o desenvolvimento 881.024,50€ foram canalizados para 3 ONGD: IMVF com 448.837,27€ (11 projetos), CIDAC com 328.513,96€ (6 projetos) e GRAAL com 103.691,27€ (2 projetos).

Fig. 7 - Cofinanciamento do Camões, I. P., a projetos de desenvolvimento de iniciativa de ONGD portuguesas no período entre 2010-2014 - em euros

ANO	ONGD	PROJETOS PLURIANUAIS			NOVOS PROJETOS		
		Montante do financiamento	Nº Projetos	Países ⁽¹⁶⁾	Montante do financiamento	Nº Projetos	Países ⁽¹⁶⁾
2012	ACEP	56.390,00€	1	GB			
	ADPM	118.120,00€	1	MOÇ			
	IMVF	180.563,78€	4	GB(2), STP/CV, CV	168.945,05€	2	TL, GB
	ISU	92.376,37€	2	MOÇ, GB			
	LD	48.258,76€	1	STP	11.264,00€	1	Ang
	MdM	64.422,50€	1	TL	27.249,99€	1	Moç
	Monte	102.816,75€	1	GB	14.630,72€	1	CV
	Oikos	75.972,00€	2	Cuba (2)	69.381,40€	2	Moç, Nicarágua
	TESE	71.496,00€	1	GB	42.078,60€	1	STP
	FEC				93.829,79€	1	GB
				Total: 1.237.795,71€			
	2013	IMVF	213.190,25€	3	CV, STP/CV, TL	336.419,72€	3
ACEP					23.973,00€	1	GB
ADPM					51.900,00€	1	Moç
ISU		69.430,00€	1	Moç			
LD		68.235,62€	2	Ang, Moç			
MdM		103.597,26€	2	STP, TL			
Monte		8.288,45€	1	CV			
Oikos		113.970,20€	3	Cuba (2), Nicarágua			
CIDAC		42.376,00€	1	TL			
FEC		133.756,29€	1	Ang			
VIDA		70.193,20€	1	GB			
				Total: 424.275,69€			
2014	ACEP	31.463,50€	2	GB, STP	57.137,56€	1	CV/GB
	ADPM	81.600,00€	1	Moç	10.350,00€	1	CV
	IMVF	326.215,80€	4	Ang, GB, STP, TL			
	LD	25.961,83€	1	Moç			
	Monte	43.809,54€	2	CV, GB			
	Oikos	131.343,52€	3	Guatemala/Honduras, Nicarágua, Peru	54.450,00€	3	Moç, Cuba, Honduras/ /Guatemala, Nicarágua
	TESE	74.746,33€	1	STP			
	VIDA	137.858,36€	2	GB, Moç			
	FEC				54.450,00€	2	Ang, Moç
	ISU				68.420,00€	1	Moç
	GRAAL				52.245,76€	1	Ang, Moç
	Elos de Fraternidade				50.000,00€	1	Ang
			Total: 438.160,14€				
				Total dos 3 anos: 3.733.201,30€			

Fonte: Camões, I. P./DPC

Fig. 8 - Somatório do cofinanciamento do Camões, I.P., a projetos de Desenvolvimento de iniciativa de ONGD portuguesas no período entre 2012-2014 - em euros

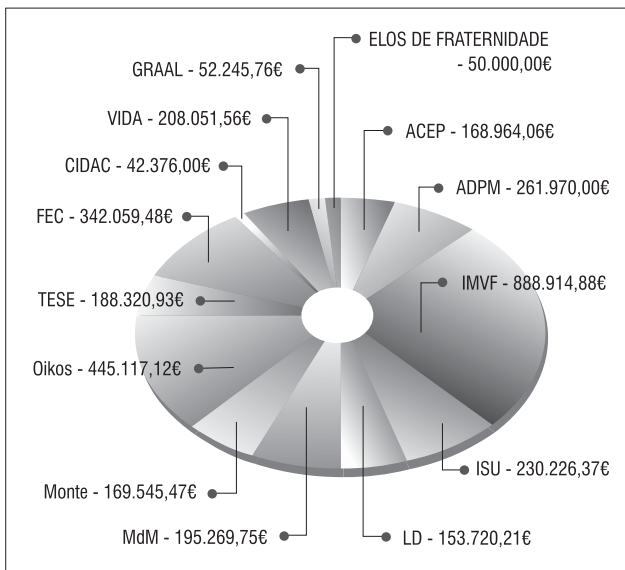


Fig. 10 - Somatório do cofinanciamento do Camões, I.P., a projetos de Educação de Desenvolvimento de iniciativa de ONGD portuguesas no período entre 2012-2014 - em euros

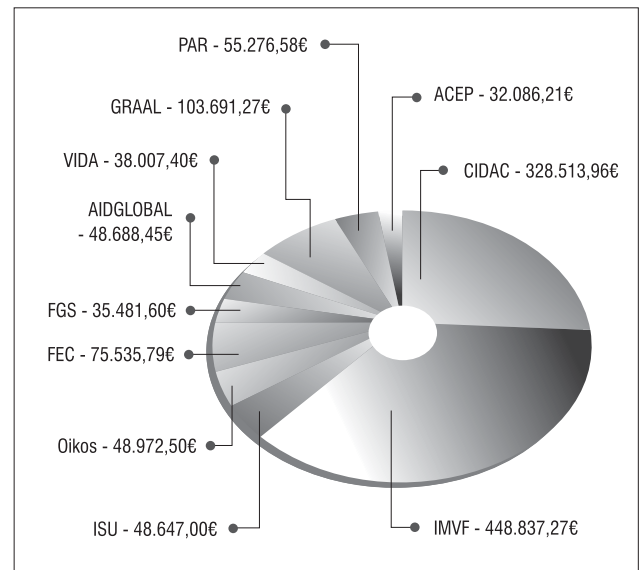


Fig. 9 - Cofinanciamento do Camões, I. P., a projetos de Educação para o Desenvolvimento de iniciativa de ONGD portuguesas no período entre 2010-2014 - em euros

ANO	ONGD	PROJETOS	
		Montante do financiamento	Nº Projetos
2012	CIDAC	116.779,68€	2
	IMVF	226.283,52€	5
	ISU	48.647,00€	1
	Oikos	9.592,00€	1
Total: 1.237.795,71€⁽¹⁷⁾			
2013	Aidglobal	21.203,61€	1
	CIDAC	94.283,86€	2
	FEC	34.204,79€	1
	FGS	35.481,60€	1
	GRAAL	48.197,85€	1
	IMVF	133.075,50€	6
	Oikos	13.237,00€	1
	PAR	26.049,48€	1
VIDA	18.542,00€	1	
Total: 424.275,69€			
2014	ACEP	32.086,21€	1
	Aidglobal	27.484,84€	1
	CIDAC	117.450,42€	2
	FEC	41.331,00€	1
	GRAAL	55.493,42€	1
	IMVF	89.478,25€	5
	Oikos	26.143,50€	2
	PAR	29.227,10€	1
VIDA	19.465,40€	1	
Total: 438.160,14€			
Total dos 3 anos: 1.263.738,03€			

Fonte: Camões, I. P. / DPC

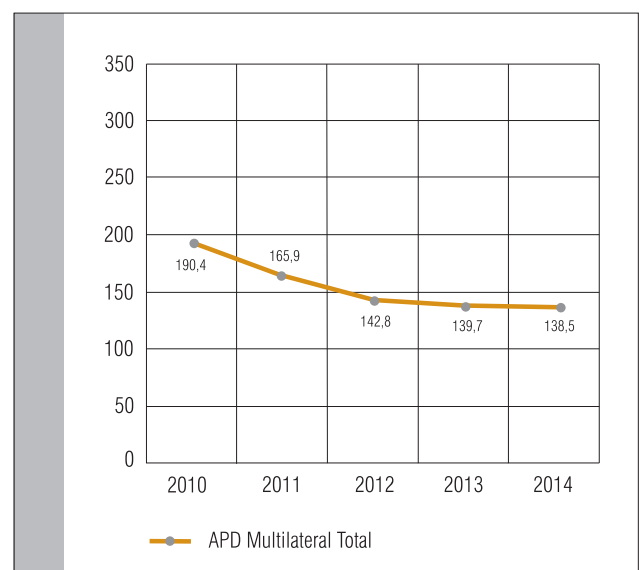
APD MULTILATERAL

De acordo com dados oficiais, em 2014 a APD portuguesa, pela via multilateral, registou um decréscimo de cerca de 1.215.162€ face a 2013: 139.733.704€ e 138.518.542€, em 2013 e 2014 respetivamente.

Na totalidade, o peso das contribuições de Portugal para organizações multilaterais correspondeu a aproximadamente 42,7% do total da APD líquida nacional (os restantes 57,3% foram distribuídos por canais bilaterais).

Conforme a Figura 11, esta descida acompanha, a tendência de desinvestimento que nos últimos anos se tem vindo a assinalar no setor da Cooperação Portuguesa, registando-se entre 2010 e 2014 uma contração da APD multilateral de cerca de 50M€: 2010 - 190.421.555€; 2011 - 165.889.696€; 2012: 142.763.664€; 2013 - 139.733.704€; 2014 - 138.518.542€.

Fig. 11 - APD Multilateral Total - em euros



Fonte: Camões, I. P. / DPC

Ao atentarmos na distribuição da ajuda multilateral pelas diferentes organizações multilaterais e na sua contribuição para a concretização dos ODM (Figura 12) percebemos que, à semelhança dos anos anteriores, a **Comissão Europeia continua a ser a principal organização internacional para onde Portugal canaliza verbas pela via multilateral**, num total de 118.309.866€ em 2013 e de 125.676.477€ em 2014. Esta realidade prende-se com o facto de **Portugal, enquanto Estado-membro da União Europeia, “participar ativamente na definição da política comunitária de cooperação para o desenvolvimento”, nomeadamente através de contributos financeiros geridos pela Comissão e outros que se destinam implementação dessas políticas¹⁵⁾**.

CONCLUSÕES

Esta **análise comparativa dos montantes da APD nacional canalizada pelas vias bilaterais e multilaterais, referentes a 2013 e 2014, permite-nos constatar a tendência de decréscimo nos montantes globais direcionados para a ajuda ao desenvolvimento e o reflexo consequente que esta redução tem ao nível das verbas alocadas a programas e políticas, em matéria de população e desenvolvimento**. Esta redução demonstra também a **falta de coerência entre o discurso oficial de prioridades políticas e aquilo que na prática acontece quando em causa está a promoção dos direitos e saúde sexual e reprodutiva, o acesso à**

Fig. 12 - APD Multilateral Total, por organização e por ODM entre 2013-2014 - em euros

ENTIDADES	2013	2014	ODM
NAÇÕES UNIDAS	12.684,83€	7.358,83€	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 ⁽¹⁹⁾
COMISSÃO EUROPEIA	118.309,86€	125.676,47€	1, 8
GRUPO BANCO MUNDIAL	1.420,00€	1.490,00€	1, 8
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO	778.181,00€	760.515,00€	1, 8
BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	5.813,40€	1.966,38€	1, 8
OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS	727.417,00€	1.266,32€	1, 3, 4, 5, 7, 8
APD MULTILATERAL	139.733,70€	138.518,54€	

As Nações Unidas aparecem logo de seguida, ainda que com um decréscimo no valor disponibilizado de um ano para o outro: 12.684.834€ em 2013 e 7.358.838€ em 2014. As contribuições de Portugal para as agências, fundos e comissões que compõem o sistema das Nações Unidas foram, aliás, **as que registaram a quebra mais elevada nos últimos dois anos**, ultrapassando os 5.000.000€, com expressão sobretudo ao nível da Organização Mundial de Saúde que, em 2014, não obteve qualquer financiamento de Portugal. As contribuições para as Nações Unidas que concorreram para os ODM 3, 4, 5 e 6 foram de 2.813.683€ em 2012, de 6.204.304€ em 2013 e de 1.845.574€ em 2014. De sublinhar que, estes dados disponibilizados pelo Camões, I.P. não permitem apurar qual o montante que, dentro de cada organização, é direcionado especificamente para cada um dos ODM. É por isso que, por exemplo, o ano de 2013 apresenta um montante superior a 6 milhões de euros, tão expressivos graças ao contributo de Portugal para a UNESCO, que engloba os ODM 1, 2 e 3, no valor de 1.349.914€ e para a OMS, de 3.724.725€, nulo tanto em 2012 como em 2014.

Dentro do Grupo Banco Mundial, a IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento recebeu de Portugal 1.420.000€ em 2013 e 1.490.000€ em 2014, os Bancos Regionais de Desenvolvimento beneficiaram de 5.813.406€ em 2013 e de 1.966.381€ em 2014.

Entidades Multilaterais, entre as quais se incluem a **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, a OCDE, entre outras, **beneficiaram da Cooperação Portuguesa de 727.417€ em 2013 e 1.266.325€ em 2014**. Os fundos abrangidos por este aumento destinaram-se, em grande parte, à OCDE e à CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) abrangendo os ODM 1 e 7, respetivamente. **De referir que os contributos de Portugal para as questões de população e saúde reprodutiva através destas outras organizações multilaterais foi residual uma vez que, essencialmente, se fazia através do Fundo Global para a Luta contra o VIH/SIDA, Tuberculose e Malária (GFATM, na sigla em inglês), permitindo a consecução dos ODM 3, 4 e 5, e o apoio financeiro português para este Fundo foi nulo em 2014, aliás, como já vem sendo hábito desde 2012.**

Para a CPLP, em 2014, o contributo de Portugal foi de 801.165€, quase mais 20.000€ do que o montante anual constante que lhe vinha sendo atribuído desde 2011 - 666.510€. Este aumento dever-se-á, provavelmente, ao cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros da Saúde da CPLP, de Fevereiro de 2014, que estabeleceu a continuidade até 2016 do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS) 2009-2012⁽²⁰⁾. Esta decisão reconhece a importância que as questões de saúde - nomeadamente os acesso a cuidados de saúde, a redução da mortalidade materno-infantil, o combate ao VIH/SIDA, à malária e a outras doenças - assumem no quadro da CPLP.

saúde materno-infantil, a igualdade de género, o combate a infeções sexualmente transmissíveis, entre outras áreas relacionadas.

Apesar de Portugal ter sido apresentado internacionalmente como um caso de sucesso e *case study* da Organização Mundial de Saúde em matéria de saúde materno-infantil e saúde sexual e reprodutiva, o que só foi possível graças ao investimento feito no Serviço Nacional de Saúde com o Fundo das Nações Unidas para a População, em particular nos programas de planeamento familiar, saúde materna, neonatal e infantil e saúde de jovens, atualmente é preciso um **“reforço claro nos programas de cooperação e intervenção oficiais, mas também, da sociedade civil e do setor privado. É de responsabilidade e solidariedade e também política de investimento no futuro que se trata”⁽¹⁷⁾**, como afirma **Lúisa Salgueiro, Deputada do Partido Socialista e Membro do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (GPPSPD)**.

Urge que a nível político se assuma esta necessidade de haver coerência entre os documentos e as prioridades elencados com os planos de ação, as políticas e os programas que vão, direta e indiretamente, traçar o futuro de muitas raparigas, jovens e mulheres. O ano de 2015 assume particular importância no que aos direitos humanos e ao desenvolvimento internacional diz respeito: é o ano em que se assinala o fim dos ODM e o início dos ODS; é o ano em que se discute o futuro do financiamento para o desenvolvimento, crucial para o sucesso da nova Agenda de Desenvolvimento; é o Ano Europeu para o Desenvolvimento, “o primeiro Ano Europeu consagrado à ação externa da União Europeia e ao papel da Europa no mundo [...] uma oportunidade única para mostrar o empenho da Europa na erradicação da pobreza à escala mundial e motivar mais europeus a implicar-se e a participar no desenvolvimento”; e é o ano da Peer Review do CAD/OCDE à Cooperação Portuguesa, numa análise e avaliação à evolução de Portugal neste âmbito nos últimos 5 anos⁽¹⁹⁾.

Em ano de eleições legislativas em Portugal, são também vários os desafios com que o nosso país se depara ao nível da cooperação e da educação para o desenvolvimento. Um desses desafios tem a ver com a importância de se conferir primazia aos Direitos Humanos na formulação e implementação das políticas do setor. Para Pedro Krupenski, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, “Tomaremos, finalmente, consciência de que é lucrativo investir nos Direitos Humanos e na poupança dos recursos naturais esgotáveis. Por outro lado, [...] os ODS serão universais atendendo, contudo, às especificidades de cada local, de cada país, de cada região. [...] A Agenda de Desenvolvimento vai ter que deixar de ser encarada com um elenco de soluções pensadas por outros, implementadas por outros para resolver problemas dos outros. Acompanhe Portugal as estruturas e as pessoas, neste salto civilizacional”⁽²⁰⁾.

Outro desafio prende-se com a necessidade de elevar a política de cooperação a uma política de Estado, para que não esteja suscetível às alternâncias políticas no Governo. Sobre isto, **Pedro Krupenski adianta: “[...] A previsibilidade, condição para a eficácia do desenvolvimento, é constantemente posta em causa. A coerência da política da cooperação com outras políticas externas (para que não se tire com uma mão, aquilo que se deu com a outra) pressupõe constância, progresso, eficácia e responsabilização. Se fosse uma política de Estado, os decisores políticos de turno aceitariam investir hoje nas pessoas, mesmo sabendo que os frutos apenas viriam a eclodir quando estivessem outros de turno”⁽²¹⁾**.

Com a adoção dos ODS, a aposta na Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) será um elemento-chave para o seu sucesso. Já traduzida em lei através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2010, de 4 de novembro, que visa “assegurar a coerência das políticas nacionais que afetem os países em desenvolvimento com a política de cooperação para o desenvolvimento”, a CPD não tem ainda peso político efetivo nem tão-pouco foram criados mecanismos de acompanhamento da operacionalização desta Resolução. Cabe a atuais e futuros/as decisores/as assumir o compromisso de concretização deste conceito, reforçando a sua monitorização e avaliando os impactos das medidas tomadas, muitas das quais continuam a ir de encontro à eficácia das ações de desenvolvimento.

Para agir em coerência com os documentos de Política Externa nacional no contexto da Cooperação e para cumprir os seus compromissos internacionais em matéria de APD, particularmente no que respeita às questões de população e desenvolvimento, por exemplo em matéria de direitos, educação e saúde sexual e reprodutiva Portugal terá que inverter a tendência de desinvestimento na APD que se tem vindo a registar nos últimos anos e separar claramente as questões da promoção da Língua Portuguesa da internacionalização das empresas. Este desinvestimento na APD tem consequências sobretudo ao nível da capacidade de negociação de Portugal nos mais diversos fora, tendo uma voz cada vez mais reduzida nos assuntos internacionais.

Além de colocarem em causa a capacidade de as ONGD levarem a cabo o seu trabalho e de aplicarem as competências técnicas e operacionais de que são dotadas, os cortes de mais de 50% registados nos últimos 5 anos nos envelopes financeiros dirigidos a projetos de iniciativa de ONGD nas áreas da cooperação ou educação para o desenvolvimento evidenciam este declínio da APD e impedem que a maioria delas consiga aceder a estes financiamentos, sobretudo devido ao critério que dá prioridade a projetos com cofinanciamento internacional garantido (nomeadamente da Comissão Europeia)⁽²³⁾ e que apenas um número muito reduzido de ONGD portuguesas consegue cumprir.

Veja-se, por exemplo, os resultados das candidaturas as linhas de cofinanciamento do Camões, I.P.⁽²⁴⁾ relativos a 2014:

- **À linha de cofinanciamento a projetos de Educação para o Desenvolvimento foram submetidos 21 projetos, de 14 ONGD**, sendo que o valor total solicitado para apoio a estes projetos ascendeu a 600.422€. **Destes projetos, e tendo em conta os critérios de elegibilidade e a verba disponível, foram selecionados apenas 15, de 9 ONGD**, correspondendo o valor aprovado para a fase a 438.160€.
- No que respeita à **linha de cofinanciamento a projetos de Cooperação para o Desenvolvimento, foram submetidos 51 projetos (apenas 38 em condições de cofinanciamento), de 31 ONGD**. Destes, e tendo em conta as verbas disponíveis e os critérios de elegibilidade, **foram selecionados 26 projetos, de 12 ONGD**, num total de 1.260.075€ (852.998€ para projetos plurianuais já contratualizados e 407.076€ para projetos novos em condições de cofinanciamento).

Como vimos pela análise dos projetos que recebem financiamento público para desenvolver ações em matéria de população e saúde reprodutiva, o seu número é também ele bastante reduzido: seis projetos de quatro ONGD - Médicos do Mundo (5.997€), IMVF (121.900€), FEC (19.773€) e VIDA (103.462€) -, das várias que em Portugal trabalham questões de população e desenvolvimento. **Por isso, é fundamental que sejam criadas condições para que mais ONGD consigam aceder a financiamentos públicos a fim de multiplicar e diversificar as ações nesta área, indo ao encontro do discurso oficial que reconhece as ONGD enquanto parceiros-chave da Cooperação Portuguesa que, pela sua “elevada flexibilidade organizacional e competência técnica em diferentes domínios”, desenvolvem projetos que permitem melhorar o acesso e à qualidade dos cuidados de saúde básicos, o direito à saúde, em particular à saúde sexual e reprodutiva, e a redução da mortalidade infantil e a melhoria dos cuidados materno-infantis e da saúde das mulheres.**

A este nível, o **Relatório do CAD/OCDE de 2015 atesta que “uma grande fatia da ajuda [pública ao desenvolvimento] de Portugal direcionada às questões de população, saúde reprodutiva e educação está centrada nas questões de género”. O mesmo Relatório refere que “a igualdade de género é uma prioridade nas políticas de Cooperação para o Desenvolvimento de Portugal e que tem sido progressivamente integrada na programação bilateral com os seus principais parceiros. Em 2013, 30% da APD bilateral alocável ao setor teve a igualdade de género e o empoderamento das mulheres como principal objetivo [...]”, o que representa uma descida face a 2012, quando os valores foram de 38%, mas um aumento comparativamente a 2008, quando foram de 6%⁽²⁵⁾.**

O reforço do trabalho do Governo junto de Parlamentares é outra área-chave cujo investimento continua a ser determinante para que as questões de cooperação e educação para o desenvolvimento possam entrar e ter peso político na agenda política de Cooperação. No que respeita ao envolvimento e ao conhecimento do Parlamento e de decisores/as políticos sobre estas temáticas, tem havido uma maior dinâmica e progressos importantes nos últimos anos, em muito graças ao trabalho desenvolvido pelo GPPsPD de promoção de uma agenda de Direitos Humanos, centrada em particular nas questões de população e saúde materna, igualdade de género, direitos e saúde sexual e reprodutiva, planeamento familiar, saúde materna e neonatal, mutilação genital feminina, casamentos precoces e/ou forçados, entre outras.

Sobre a importância destas temáticas e da sua colocação no centro da agenda política, **Mónica Ferro, Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Coordenadora do GPPsPD, apresenta três desafios ao desenvolvimento: “[Primeiro] o distanciamento que há entre os povos dos países desenvolvidos e os povos dos países em desenvolvimento - os primeiros são pouco proativos no apoio aos últimos e mobilizam poucas vontades políticas em torno da cooperação para o desenvolvimento. O segundo obstáculo está relacionado com a falta/ineficiente gestão de recursos financeiros; não é verdade que não existam recursos, mas é verdade que os mesmos não produzem os resultados que todo/as esperamos. O terceiro desafio prende-se com a definição de uma agenda de desenvolvimento com prioridades bem elencadas e, sobretudo, baseadas na análise de boas práticas e de provas de eficácia⁽²⁶⁾.**

Mónica Ferro acrescenta ainda que **“é efetivamente necessária uma revolução paradigmática que afirme direitos e saúde sexual e reprodutiva como desbloqueadores de mais saúde, mais direitos e mais produtividade. Tudo traduzido em políticas públicas bem informadas, financiadas e monitorizadas⁽²⁷⁾.**

Nessa mesma linha, **Gonçalo Marques, Vice-presidente do Camões, I.P., sublinhou, aquando da sua intervenção na III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento⁽²⁸⁾, que “estamos num momento crucial da agenda, com desafios globais que exigem uma ação global, coordenada e coerente por todos os atores: governos, autoridades locais, parlamentos, sociedade civil e setor privado⁽²⁹⁾.**

A isto acrescentou: **“a necessidade de entendermos os desafios da Humanidade como um desígnio comum leva-nos a defender uma nova Agenda de Desenvolvimento que, desejamos, seja verdadeiramente universal. Esta universalidade deve ser refletida tanto ao nível do envolvimento e participação dos atores, como ao nível dos princípios subjacentes, em particular o respeito pelos Direitos Humanos, no primado da lei e da justiça, na boa governação e na defesa firme da igualdade de género, o empoderamento das mulheres e raparigas⁽³⁰⁾.**

Se “apesar dos desafios de natureza orçamental, Portugal tem prosseguido uma abordagem consistente e empenhada em matéria de financiamento do desenvolvimento, priorizando África e setores com efeito estruturante e multiplicador, como a educação e a saúde ou a capacitação institucional” e se o nosso país acredita e defende, como afirmou também em Adis Abeba o responsável do Camões, I.P., uma “agenda ambiciosa e transformadora para as pessoas e para o planeta”, é necessário que a sua atuação se coadune com os princípios que defende e que, por uma questão de coerência política, promova políticas públicas em áreas determinantes para a consecução da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, nomeadamente os seguintes ODS⁽³¹⁾:

Objetivo 3

Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos e todas e em todas as idades – e, dentro dele, as metas:

- 3.1 “Até 2030, reduzir o rácio de mortalidade materna para menos de 70 em cada 100.000 nados-vivos”;
- 3.2 “Até 2030, pôr fim às mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças com menos de 5 anos (...);
- 3.3 “Até 2030, pôr fim à epidemia do VIH/SIDA, à tuberculose, à malária e às doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, as doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis”;
- 3.7 “Até 2030, assegurar o acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, a informação e a educação e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais;

Objetivo 5

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas - e, dentro dele, as metas:

- 5.1 “Pôr fim a toda a discriminação contra todas as mulheres e raparigas, em todo o mundo”;
- 5.2 “Eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas nas esperas pública e privada, incluindo o tráfico e a exploração sexual e de outro tipo”;
- 5.3 “Eliminar todas as práticas nefastas, tais como o casamento infantil, precoce e forçado e a mutilação genital feminina”;
- 5.6 “Assegurar o acesso à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, tal como acordado no Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e na Plataforma de Ação de Pequim e nos documentos resultantes das suas conferências de revisão”.

Só com a afetação dos recursos financeiros suficientes e previsíveis e mediante a implementação de políticas e programas que permitam colocar as pessoas no centro será possível que a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030) seja verdadeiramente universal, transformadora e centrada nas pessoas e para



que as raparigas e mulheres sejam reconhecidas e empoderadas enquanto atores-chave do Desenvolvimento.

Referências:

- (1, 2, 3) Disponível em:
http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/agendaPos2015/DocPosicao_POS2015.pdf
- (4, 5) Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, disponível em:
<http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/concestratg1420.pdf>
- (6, 9) Pode consultar as Estatísticas oficiais da Cooperação Portuguesa em:
<http://www.instituto-camoes.pt/estatisticas-da-apd/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/estatisticas-apd>
- (7) Relatório “Development Co-operation Report 2015 - Making Partnerships Effective Coalitions for Action”, CAD/OCDE (setembro de 2015), disponível em:
http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/development-co-operation-report-2015_dcr-2015-en#page7
- (8) Atualmente, o CAD/OCDE conta com 29 membros: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça, União Europeia.
- (10) Consulte a distribuição geográfica da APD Bilateral por canal, tipologia e tipo de financiamento em:
http://www.institutocamoes.pt/index.php?Itemid=1560&option=com_moafaq&view=category&id=734
- (11) Relatório do CAD/OCDE 2015: pág. 317, em:
<http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/4315041e.pdf?expires=1441909540&id=id&accname=guest&checksum=055B8E9E32FB5296D7344360A46CB00F>
- (12) Estes valores dizem respeito a programas de iniciativa de ONGD e de outros organismos.
- (13) Relatório do CAD/OCDE 2015, pág. 259, em:
<http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/4315041e.pdf?expires=1441909540&id=id&accname=guest&checksum=055B8E9E32FB5296D7344360A46CB00F>
- (14) No sítio Web do Instituto Camões estão disponíveis os resultados das candidaturas de projetos de desenvolvimento e de educação para o desenvolvimento em:
<http://www.instituto-camoes.pt/projetos/root/cooperacao/sociedade-civil/projetos>.
- (15) Saiba mais sobre a cooperação multilateral de Portugal em:
<http://www.instituto-camoes.pt/projetos-cooperacao-delegada/cooperacao-europeia>

- (16) Até à data de fecho desta folha de dados não foi possível obter junto da CPLP a confirmação desta informação.
- (17) Artigo “Igualdade? Continuamos à espera”, publicado no Jornal Público, a 2 de setembro de 2014, disponível em:
<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/igualdade-continuamos-a-espera-1668311>
- (18) Sítio web do Ano Europeu para o Desenvolvimento, disponível em:
<https://europa.eu/eyd2015/pt-pt/content/about-2015>
- (19, 20) Relatório Sombra da Plataforma Portuguesa das ONGD ao Exame Interperes à Cooperação Portuguesa pelo CAD/OCDE 2015, disponível em:
http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositoria/Documentos/Publicacoes/RelatorioSombra_ExameInterperes_CooperacaoPortuguesa%20CAD-OCDE2015.pdf
- (21) Artigo “30 Anos de Desenvolvimento: Passado, Presente e Futuro”, publicado no Portal VER, a 21 de maio de 2015, disponível em:
<http://www.ver.pt/30-anos-de-desenvolvimento-passado-presente-e-futuro/>
- (22) Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2010, de 4 de novembro, disponível em:
<http://faolex.fao.org/docs/pdf/par135525.pdf>
- (23) Veja-se, a este nível, o conjunto de recomendações que a Plataforma Portuguesa das ONGD apresentou aos partidos políticos, em maio de 2015, sobre o setor da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência, disponível em:
<http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositoria/Documentos/Noticias/Carta%20aos%20Partidos%20sobre%20setor%20%20Junho%202015.pdf>
- (24) Resultados disponíveis em:
<http://www.institutocamoes.pt/projetos/root/cooperacao/sociedade-civil/projetos>
- (25) Relatório do CAD/OCDE 2015, pág. 261, em:
<http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/4315041e.pdf?expires=1441909540&id=id&accname=guest&checksum=055B8E9E32FB5296D7344360A46CB00F>
- (26, 27) Depoimento de Mónica Ferro à P & D Factor, disponível em:
<http://popdesenvolvimento.org/direitos-em-noticia/121-perfil/183-vale-sempre-a-penalutar-pelos-nossos-ideais.html>
- (28, 29, 30) Esta Conferência decorreu em Adis Abeba, em Julho de 2015. Está disponível aqui a intervenção de Portugal na Conferência em:
<http://webiv.un.org/search/goncalo-marques-portugal-7th-plenarymeeting/4357980467001?term=portugal>
- (31) Consulte o Draft Final dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, disponível em:
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/7891Transforming%20Our%20World.pdf>



Associação sem fins lucrativos | ONG-D | NIPC 510457754

Email: info@popdesenvolvimento.org

Site: www.popdesenvolvimento.org

Com o apoio:

